



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Simulado Final
TRT MG
Técnico Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT MG – Técnico Judiciário – Área Administrativa – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TRTMG;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TRTMG;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-MG-Tecnico-15-10>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA**Fabrcio Dutra**

Nos últimos anos, verificou-se um aumento na incidência de acidentes vasculares cerebrais (AVC), conhecidos popularmente como derrames cerebrais. Entre os principais fatores de risco para a ocorrência de AVC, citam-se a hipertensão arterial, o colesterol elevado, a obesidade, o sedentarismo, o diabetes melito, o tabagismo e o uso de anticoncepcionais.

O derrame cerebral é a causa mais frequente de problemas crônicos em indivíduos adultos, em todo o mundo. Aproximadamente um terço das pessoas que sofrem um AVC permanece com alguma alteração na função motora, sensorial, perceptiva, no comportamento ou na comunicação, sendo muito comum a afasia, distúrbio que consiste na dificuldade de expressão e(ou) compreensão da linguagem falada e(ou) escrita. O grau de comprometimento da linguagem varia de acordo com a localização e a extensão da lesão adquirida no cérebro.

Um dos tipos de afasia, denominado afasia motora eferente ou afasia de broca, caracteriza-se pela dificuldade de falar, apesar de a compreensão da linguagem ficar preservada. A capacidade de construção das frases é bastante prejudicada, assim como a de nomeação de pessoas e objetos. A escrita e a leitura em voz alta também podem ficar muito comprometidas, porém a leitura silenciosa é executada normalmente. Os pacientes têm consciência do seu déficit e, em consequência disso, frustram-se facilmente.

Outro tipo de afasia, a sensorial ou de Wernicke, consiste na dificuldade de compreensão da linguagem. A fala é fluente, porém o discurso é vago, sem muito sentido, fora do objetivo da conversa. Podem existir parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra ("caneta" por "lápis") ou de um som por outro ("gato" por "pato"). A compreensão da leitura também pode ser prejudicada. Em geral, essas pessoas não se dão conta do seu problema.

As alterações na comunicação interferem diretamente na qualidade de vida do sujeito afásico porque comprometem sua participação social e afetam tanto a estrutura familiar quanto a profissional, sendo a depressão uma consequência comum nesse caso.

Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias. O tratamento é terapêutico e deve ser realizado

por uma equipe multiprofissional. O fonoaudiólogo é fundamental nesse processo de reabilitação, pois é o responsável por estimular as capacidades linguísticas desses pacientes. O terapeuta ocupacional deve atuar para promover a autonomia do sujeito afásico e sua reinserção no contexto familiar, social e profissional.

Quando o paciente se sentir deprimido ou apresentar algum sintoma de ordem psicológica, deve ser acompanhado por psicólogo. Recomenda-se que a reabilitação se inicie logo que os sintomas apareçam, pois, assim, pode-se obter uma melhor resposta do cérebro. Os resultados do tratamento e sua duração dependem da extensão da lesão, do grau de comprometimento das funções neurológicas, da saúde geral do afásico e de sua motivação. Vale ressaltar a importância do envolvimento dos familiares e amigos para a evolução terapêutica.

01. Na primeira oração do texto, a partícula 'se' é:

- a) índice de indeterminação do sujeito.
- b) partícula apassivadora
- c) pronome reflexivo
- d) parte integrante do verbo
- e) partícula expletiva

02. Sobre as informações presentes no texto, assinale a alternativa correta:

- a) Há diversos tipos de afasias, mas o texto somente aborda dois.
- b) A localização da lesão no cérebro é preponderante para se analisar a gravidade da lesão.
- c) Os pacientes que apresentam a afasia de broca necessitam de acompanhamento terapêutico, devido à depressão.
- d) Uma equipe multidisciplinar é fundamental para o êxito do tratamento, estando entre eles: fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo.
- e) Obesidade e hipertensão são exemplos de consequências do AVC.

03. Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias.

Nesse trecho, se o verbo 'há' fosse substituído por outro verbo, teríamos com correção gramatical:

- a) existe
- b) ocorrem
- c) existem
- d) tem
- e) têm

04. A fala é fluente, porém o discurso é vago, sem muito sentido, fora do objetivo da conversa.

O conectivo destacado apresenta valor de:

- a) adição
- b) condição
- c) oposição
- d) concessão
- e) tempo

05. Podem existir parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra.

A oração acima poderia ser reescrita, com manutenção da correção e do sentido por:

- a) Podem existirem parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra.
- b) Podem haver parafasias, ou seja, substituições de uma palavra por outra.
- c) Pode haver parafasias, ou seja, trocas de uma palavra por outra.
- d) Pode existir parafasias, isto é, substituições de uma palavra por outra.
- e) Vão existir parafasias, isto é, trocas de uma palavra por outra.

06. afetam tanto a estrutura familiar quanto a profissional...

As expressões destacadas apresentam valor de:

- a) comparação
- b) adição
- c) consequência
- d) oposição
- e) conformidade

07. A capacidade de construção das frases é bastante prejudicada, assim como a de nomeação de pessoas e objetos.

Assinale a alternativa abaixo em que o termo destacado pertença à mesma classe gramatical que o grafado acima:

- a) Ele sempre teve muito dinheiro.
- b) A turma mais dedicada passa.
- c) Mais alunos acertaram essa questão.
- d) Tenho bastante livro.
- e) Qualquer aluno entende esse tipo de assunto.

08. A ideia expressa pelas palavras destacadas está corretamente interpretada entre parênteses, EXCETO em:

- a) Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias. (=existir)
- b) Quando o paciente se sentir deprimido ou apresentar algum sintoma de ordem psicológica. (=psíquico).
- c) O terapeuta ocupacional deve atuar para promover a autonomia do sujeito. (=durabilidade)
- d) Para tratar a afasia, não há medicamentos ou cirurgias. (=Medicações)
- e) Os pacientes têm consciência do seu déficit. (=deficiência).

09. As alterações na comunicação interferem diretamente na qualidade de vida do sujeito afásico porque comprometem sua participação social.

O termo sublinhado exerce a função de :

- a) Objeto direto
- b) Sujeito
- c) Predicativo do sujeito
- d) Complemento nominal
- e) Aposto

10. Entre os principais fatores de risco para a ocorrência de AVC, citam-se a hipertensão arterial, o colesterol elevado, a obesidade, o sedentarismo, o diabetes melito, o tabagismo e o uso de anticoncepcionais.

O período acima está na mesma voz verbal que:

- a) Ele tem encontrado pessoas queridas.
- b) Necessita-se da sua ajuda.
- c) Ele se prejudicou muito com a declaração para a mídia.
- d) Ele é bastante parecido com o pai.
- e) Hoje foi observado o seu comprometimento.

11. O tratamento é terapêutico e deve ser realizado por uma equipe multiprofissional.

O termo sublinhado exerce a função de:

- a) complemento nominal.
- b) objeto indireto.
- c) predicativo do sujeito.
- d) agente da passiva
- e) sujeito.

12. Em geral, essas pessoas não se dão conta do seu problema.

Na frase acima, há um caso de próclise obrigatória.

Assinale abaixo a alternativa em que o mesmo fenômeno ocorre:

- a) Para me dizer, é que já sabiam a história.
- b) Alguns empresários o mantêm na experiência.

- c) É preciso que me aqueça neste inverno.
- d) Eles nos disseram a verdade.
- e) Eu acordei cedo e me exercitei.

13. Aproximadamente um terço das pessoas que sofrem um AVC permanece com alguma alteração na função motora

O termo destacado acima é:

- a) pronome relativo
- b) partícula expletiva
- c) conjunção integrante
- d) preposição
- e) advérbio

14. Assinale a alternativa corretamente pontuada:

- a) De acordo com o gerente de Saúde e Segurança do Trabalho da Cemig, João José Magalhães Soares as pessoas nunca devem se aproximar de fios no chão ou tentar retirar restos de árvores sobre veículos.
- b) Caso as pessoas se deparem com um fio partido elas não podem se aproximar ou tocar, no cabeamento.
- c) Dessa forma, a Cemig vem mais uma vez, orientar a população sobre os cuidados que todos devem ter em relação a ocorrências na rede elétrica que envolvam situações de fios partidos.
- d) Em um acidente de carro, em que haja a derrubada de cabos de energia na lataria ou no entorno as pessoas podem se desesperar.
- e) No período chuvoso, as ocorrências com fio partido tendem a aumentar em função de situações típicas dessa época – geralmente provocadas por ventanias e tempestades fortes.

15. Em um acidente de carro em que haja a derrubada de cabos de energia na lataria ou no entorno, as pessoas podem se desesperar e querer deixar o automóvel o mais rápido possível.

O termo destacado pode ser corretamente substituído por:

- a) no qual
- b) onde
- c) na qual
- d) nas quais
- e) em cujo

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. No Windows, é possível ativar um menu a direita da tela que possibilita a escolha de várias formas para configurar a projeção de imagens. Qual letra corresponde a tecla de atalho padrão para essa opção:

- a) CTRL + G
- b) WIN + P.
- c) SHIFT + T
- d) WIN + A.
- e) CTRL + B.

17. No Writer, o item  permite ao usuário acessar a função de:

- a) Inserir imagens on-line.
- b) Inserir fórmulas.
- c) Inserir caracter especial.
- d) Alternar entre exibir e ocultar os caracteres não imprimíveis.
- e) Inserir gráficos.

18. No Calc ao pressionar as teclas CTRL + F2 o usuário terá acesso ao menu:

- a) "Função" que está no menu "Inserir"
- b) "Fórmula" que está no menu "Inserir"
- c) "Função" que está no menu "Editar"
- d) "Abrir" que está no menu "Arquivo"
- e) "Fórmula" que está no menu "Exibir"

19. No serviço de email é possível realizar tanto o envio quanto o recebimento de mensagens. Comumente temos os protocolos que são responsáveis por esse serviço específico. Marque a letra que apresenta apenas protocolos usados no serviço de email.

- a) TCP, UDP
- b) IRC, POP
- c) POP, SMTP, INAP
- d) POP, SMTP
- e) IRC, FTP

20. No Google Chrome o usuário digitou a opção "Belo Horizonte" filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele:

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão "pdf" no texto.
- b) Serão exibidos os arquivos pdf que tem exatamente a expressão "Belo Horizonte" escrita dessa forma e nessa sequência.
- c) Serão exibidas os arquivos pdf que tem qualquer uma das palavras contidas na expressão "Belo Horizonte".
- d) Serão exibidas os arquivos pdf que não tem nenhuma das palavras contidas na expressão "Belo Horizonte".
- e) Serão exibidos qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão "Belo Horizonte" escrita dessa forma e nessa sequência.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

21. Sobre as licenças a serem concedidas ao servidor público, à luz da Lei n. 8.112/1990, é incorreto afirmar

- a) A licença por motivo de doença em pessoa da família somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário
- b) a licença por motivo de afastamento do cônjuge, quando concedida, será por prazo indeterminado e sem remuneração
- c) a licença para atividade política deixa o servidor licenciado e sem remuneração
- d) após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, mantida sua remuneração
- e) servidor que esteja em estágio probatório não tem direito de gozar de licença para tratar de interesses particulares

22. Leia as afirmativas abaixo, referentes à Lei n. 9.784/1999:

I. São tidos como princípios da administração pública, a legalidade, o interesse público, a moralidade, eficácia dos atos, a finalidade, a razoabilidade e a motivação, dentre outros princípios expressos.

II. Os processos administrativos observarão ao critério da impulsão, de ofício, sem prejuízo da atuação dos interessados.

III. Em regra, a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas a I está correta

- b) I e II estão corretas
- c) I e III estão corretas
- d) II e III estão corretas
- e) todas as alternativas estão corretas

23. Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal n. 13.709/2018, é INCORRETO o que se afirma em

- a) a LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural
- b) a autodeterminação informativa é um dos princípios mais relevantes da norma
- c) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos
- d) entende-se por dado pessoal, toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável
- e) é dispensável o consentimento do titular para o tratamento do dado quando se tratar de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas

24. Sobre o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pode-se afirmar que

- a) o Tribunal Regional do Trabalho e os juízes do trabalho são órgãos do Tribunal
- b) as sessões do Tribunal Pleno serão públicas e, para a instalação delas, será exigido *quorum* de metade mais um de seus membros efetivos, já contando com o desembargador que as estiver presidindo
- c) as deliberações do Tribunal Pleno serão tomadas por maioria absoluta, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Regimento
- d) nos julgamentos do Tribunal Pleno, o presidente da sessão é proibido de votar
- e) o Órgão Especial, que exerce competência delegada do Tribunal Pleno, compõe-se de 20 (vinte) desembargadores, respeitada a representação de advogados e membros do Ministério Público do Trabalho

25. De acordo com o Código de Ética Profissional dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região,

- a) o servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deve se comprometer a conhecer a missão e os valores institucionais e interagir com a política de gestão estratégica do Tribunal, com a finalidade de atender ao interesse particular
- b) ao ingressar no serviço público, o servidor será cientificado da existência do Código de Ética, comprometendo-se informalmente de assumi-lo
- c) O servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deve pautar suas ações pela ética, moralidade, compromisso social, eficiência, proatividade, pessoalidade, transparência, publicidade e responsabilidade socioambiental
- d) o servidor deve comprometer-se a respeitar a hierarquia, se omitindo de representar contra ato antiético, comissivo ou omissivo
- e) ao servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região é vedada a utilização de recurso

disponibilizado pelo Tribunal, ou mesmo de aparelhos tecnológicos particulares, para acesso às redes sociais, quando houver comprometimento da produtividade e a qualidade do trabalho

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. De acordo com o previsto na Constituição da República, marque a afirmativa CORRETA.

- a) a remoção compulsória do magistrado poderá ocorrer pelo voto de 2/3 dos membros do Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- b) a promoção por antiguidade do magistrado poderá ser rejeitada pelo voto fundamentado da maioria dos membros do Tribunal.
- c) Os Tribunais Regionais do Trabalho não possuem quinto constitucional em sua composição.
- d) Os Tribunais Regionais do Trabalho são compostos por, no mínimo, 07 juízes, nomeados pelo Presidente da República dentre cidadãos brasileiros com mais de 30 e menos de 70 anos de idade.
- e) Junto ao Tribunal Superior do Trabalho funcionam a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

27. Conforme previsto no art. 5º, XLIV, da CF88, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra os Poderes Constitucionais e o Estado Democrático de Direito constitui crime:

- a) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- b) inafiançável, mas prescritível.
- c) inafiançável e imprescritível.
- d) afiançável e suscetível de graça ou anistia.
- e) afiançável e prescritível.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

28. A respeito da organização da Administração Pública, é correto afirmar que a Administração indireta pode ser estruturada por meio da

- a) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público ou privado, conforme o caso, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
- b) criação de pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público ou direito privado, sempre criadas por lei.
- c) instituição de pessoas jurídicas de diversas naturezas, desvinculadas hierarquicamente da Administração direta.
- d) autorização para a criação de autarquias com personalidade jurídica de direito privado, sem vínculo hierárquico com seu ente instituidor.
- e) criação de órgãos que se vinculam hierarquicamente à Administração Direta.

29. O princípio da motivação, que figura entre os princípios implícitos da Administração Pública, não será violado diante da edição de ato administrativo, sem motivação, na seguinte hipótese:

- a) anulação de ato administrativo eivado de ilegalidade.
- b) exoneração de servidor em estágio probatório.
- c) indeferimento de gozo de férias de servidor público.
- d) revogação da designação de servidor para exercício de função de confiança.
- e) indeferimento de licença para o exercício de atividade fragrantemente ilegal.

30. Os poderes hierárquico e disciplinar guardam grande proximidade, uma vez que este é consequência daquele. Dessa forma, pode-se afirmar corretamente que

- a) o poder disciplinar exige a existência de vínculo jurídico entre a Administração Pública e o infrator a fim de que possa fundamentar a aplicação de penalidade no caso em concreto.
- b) o poder hierárquico, que dá origem ao poder disciplinar, prevalece sobre este.
- c) ambos só se aplicam quando há um vínculo celetista ou estatutário com a Administração Pública.
- d) o poder hierárquico é aplicado de forma horizontal, independentemente de vínculo de subordinação.
- e) o poder disciplinar, que pressupõe a aplicação de sanções, se sobrepõe ao poder hierárquico.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

31. À luz da regulamentação celetista acerca do teletrabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, configure trabalho externo.
- b) O comparecimento de modo habitual às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
- c) Poderá ser realizada a alteração do regime presencial para o de teletrabalho por determinação do empregador.
- d) Em virtude do princípio da inalterabilidade contratual lesiva, não poderá ser realizada alteração entre os regimes presencial e de teletrabalho, ainda que haja mútuo acordo entre as partes.
- e) O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

32. Não se considera estável no emprego:

- a) A empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- b) Os representantes dos empregados na Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato.
- c) O empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes e de assédio, desde o registro de sua candidatura

até um ano após o final de seu mandato, ainda que suplente.

- d) O empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato.
- e) O segurado empregado que sofreu acidente doméstico, pelo prazo mínimo de doze meses, contados da cessação de seu auxílio-doença comum.

33. No que diz respeito aos princípios do Direito Individual do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o princípio do *in dubio pro operário* deve-se aplicar ao caso concreto, havendo mais de uma norma em vigor regendo o mesmo assunto, a que seja mais favorável ao empregado.
- b) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregador.
- c) O princípio da inalterabilidade contratual lesiva autoriza a declaração da nulidade de ato praticado com objetivo de desvirtuar a aplicação das regras justralhistas.
- d) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, atingem todos os trabalhadores sujeitos ao regulamento.
- e) A teoria do conglobamento propõe que as disposições sobre a norma jurídica sob apreciação sejam analisadas globalmente dentro de cada texto normativo, aplicando-se, ao caso concreto, o conjunto de regras mais benéfico ao empregado.

34. Acerca dos intervalos e da prorrogação da jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. A compensação de jornada por meio de banco de horas anual pode ser realizada mediante acordo escrito entre empregado e empregador.
- II. Como o limite de jornada diária poder ser estendido em no máximo 2 horas, totalizando 10 horas diárias, não se admite a jornada de 12 horas diárias, seguida de 36 de descanso.
- III. É vedada a prorrogação do trabalho do menor, exceto no caso de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.
- IV. A concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza salarial, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) IV.
- d) I e II.
- e) nenhum dos itens.

35. Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constitui hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) desídia no desempenho das respectivas funções.
- b) continência de conduta.
- c) perda da habilitação para exercício de profissão, em qualquer caso.
- d) ato de improbidade ou de falta de publicidade no exercício do emprego.
- e) ofensas físicas praticadas no serviço em caso de legítima defesa própria.

36. Caso empregado e empregador convençionem, de comum acordo, a extinção do contrato de trabalho, o obreiro deverá receber pela metade:

- a) as férias simples e as férias proporcionais.
- b) as férias proporcionais.
- c) o valor dos depósitos junto ao FGTS.
- d) o aviso prévio trabalhado.
- e) o aviso prévio indenizado.

37. A Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) salário mínimo.
- b) normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- c) regulamento empresarial, troca do dia de feriado e prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.
- d) repouso semanal remunerado.
- e) valor nominal do décimo terceiro salário.

38. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
- b) até 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- c) até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- d) até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- e) nos 7 dias que antecederem a realização de provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

39. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade, independentemente da perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a seis anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.
- b) Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- c) Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.
- d) A equiparação salarial não será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função.
- e) É possível a equiparação salarial ainda que o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários.

40. Julgue os itens abaixo no tocante aos efeitos da extinção do contrato de trabalho:

- I. Caso o empregado tome a iniciativa de extinguir seu contrato de trabalho, sem conceder aviso prévio ao empregador, este não poderá descontar daquele os salários correspondentes ao prazo

respectivo, em virtude do princípio da intangibilidade salarial.

II. O empregado não pode renunciar ao aviso prévio, mesmo que comprove ter obtido novo emprego.

III. Nas situações em que há extinção da empresa ou do estabelecimento, o pagamento das indenizações devidas não exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

IV. A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

41. É devido o adicional de insalubridade:

- a) Quando se estiver diante da exposição a agente insalubre em patamar acima dos limites fixados pelo Ministério do Trabalho e houver o fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador.
- b) Ao trabalhador que realiza a limpeza de residências e escritórios.
- c) Em virtude do trabalho prestado mediante a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.
- d) Ao trabalhador em atividade a céu aberto por sujeição à radiação solar.
- e) Ao trabalhador exposto a agente insalubre que tenha sido objeto de descaracterização por ato da autoridade competente, em razão da proteção ao direito adquirido.

42. Faz jus ao adicional de periculosidade o trabalhador que se encontrar exposto a:

- a) inflamáveis, inclusive no caso dos tripulantes de aeronaves que permanecem no seu interior no momento do abastecimento.
- b) explosivos, no importe de 40% sobre o salário-base, como regra geral.
- c) energia elétrica, ainda que a referida exposição se dê em caráter eventual.
- d) roubos ou outras espécies de violência psicológica nas atividades pessoais de segurança.
- e) atividades em motocicleta, no importe de 30% sobre o salário-base, como regra geral.

43. Tomando por base os preceitos celetistas aplicáveis às alterações dos contratos de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em geral, admite-se a alteração subjetiva, quando recai sobre o empregador, hipótese em que os respectivos contratos sequer são afetados.
- b) É lícita a transferência do empregado quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar.
- c) Só é lícita a alteração das condições contratuais por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado.
- d) É possível a transferência do empregado que exerça cargo de confiança, quando esta decorrer de real necessidade de serviço.
- e) A reversão do empregado ao cargo efetivo anteriormente ocupado, inexistindo justo motivo, assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente.

44. Em relação aos entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho e aos preceitos celetistas atinentes à jornada de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se de sobreaviso o empregado que permanece, em sua casa, aguardando eventual convocação para o serviço, sendo cada escala de, no máximo, 12 horas, remunerada à razão de 1/3 do salário-hora normal.
- b) Considera-se de prontidão o empregado que permanece, nas dependências da empresa, aguardando eventual convocação para o serviço, sendo cada escala de, no máximo, 12 horas, remunerada à razão de 2/3 do salário-hora normal.
- c) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso, sendo que o descumprimento de tal período obriga o empregador a pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional.
- d) Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.
- e) A pactuação da jornada de trabalho, observados os limites constitucionais, é tema no qual a negociação coletiva tem prevalência sobre a lei.

45. Em relação às férias individuais, assinale a alternativa correta:

- a) Todo empregado tem direito à suspensão contratual decorrente das férias, as quais devem ser concedidas anualmente, por ato do empregador.
- b) Sempre que as férias forem concedidas após expirado o período de doze meses contado da aquisição do direito, o empregador pagará em triplo a respectiva remuneração.
- c) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador, sendo, no entanto, vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- d) Desde que, no cômputo global, resulte em patamar superior de direitos ao empregado, é lícita cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho que reduza o número de dias de férias devidas ao empregado.
- e) Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a oito dias corridos, cada um.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Thálius Moraes

46. Ariel foi contratado em São Paulo – SP, sede da empregadora CAMPOS LTDA., para trabalhar na filial em Belo Horizonte – MG, local no qual permaneceu por três anos, quando foi transferido para Florianópolis – SC. Após um ano, o empregado pediu demissão e voltou para Maceió – AL, cidade em que nasceu, onde fixou seu domicílio. Considerando as regras processuais do trabalho, Ariel deverá ajuizar reclamatória trabalhista em uma das Varas que pertençam à jurisdição de:

- a) Maceió, por ser o local do domicílio do empregado;
- b) São Paulo – SP, por ser o local da sede da empresa;
- c) São Paulo – SP ou Belo Horizonte – MG por ser, respectivamente, o local da contratação e da prestação de serviços;
- d) Florianópolis – SC, por ser o local da última prestação de serviços;
- e) Belo Horizonte – MG ou Florianópolis – SC, por representarem locais de prestação de serviços.

47. Em consonância com as normas legais contidas na CLT e na Constituição Federal, serão ajuizadas na Justiça do Trabalho, EXCETO:

- a) ações envolvendo direito possessório decorrente do exercício do direito de greve;
- b) ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho;
- c) ações de cobrança das contribuições previdenciárias devidas, inclusive sobre o período do vínculo empregatício reconhecido na Justiça do Trabalho;
- d) ações de execução de multa administrativa imposta pelo Ministério do Trabalho em ações de fiscalização;
- e) ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

48. O chefe do Ministério Público do Trabalho é o Procurador-Geral do Trabalho, escolhido dentre os Subprocuradores Regionais e nomeado:

- a) pelo Procurador-Geral da República, devendo ser maior de 30 anos, com, no mínimo, 2 anos de carreira, integrante de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, obrigatório e secreto.
- b) pelo Presidente da República, devendo ser maior de 35 anos, com, no mínimo, 5 anos de carreira, integrante de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto.
- c) pelo Presidente da República, devendo ser maior de 35 anos, com, no mínimo, 2 anos de carreira, integrante de lista tríplice escolhida mediante voto binominal, obrigatório e secreto.
- d) pelo Procurador-Geral da República, devendo ser maior de 35 anos, com, no mínimo, 5 anos de carreira, integrante de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto.
- e) pelo Procurador-Geral da República, devendo ser maior de 35 anos, com, no mínimo, 2 anos de carreira, integrante de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, obrigatório e secreto.

49. Acerca dos atos e termos processuais, considerando a legislação e entendimento jurisprudencial, é correto afirmar que:

- I – O horário de realização dos atos processuais é das 8h às 18h, em dias úteis, devendo haver prévia autorização judicial para que seja realizado em horários especiais ou domingos e feriados.
- II – Não se aplica ao processo do trabalho o prazo em dobro na hipótese de litisconsórcio com procuradores distintos, em razão de incompatibilidade com o princípio da celeridade processual.
- III – Os prazos processuais ficam suspensos no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, sendo que, durante tal lapso temporal, não se realizarão audiências ou sessões de julgamento.

IV – Presume-se recebida a notificação vinte e quatro horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e III.

50. Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial atuais, havendo ausência injustificada do reclamante à primeira audiência designada, é correto afirmar que:

- a) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada imediatamente.
- b) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, salvo se beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que somente poderá ser apresentada após 6 meses.
- c) o juiz aplicará a pena de confissão ficta do empregado, prolatando sentença.
- d) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada imediatamente.

d) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 1% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada após 6 meses.

e) o juiz designará nova audiência, intimando o reclamante para comparecimento, sob pena de confissão ficta quanto à matéria de fato.

51. Em relação à audiência no processo do trabalho, assinale a afirmativa INCORRETA:

a) Ausente o reclamado à audiência, mas presente seu advogado, serão recebidos os documentos e a contestação, sendo considerado revel e confesso quanto à matéria de fato.

b) Não existe previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento das partes à audiência.

c) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto, que não precisa ser empregado da parte reclamada, bastando que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente.

d) Havendo mais de um reclamado, a revelia não produzirá efeitos se o outro réu apresentar defesa tempestivamente.

e) Na hipótese de o juiz não comparecer, em até trinta minutos após a hora marcada para a audiência, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

52. Acerca das regras processuais, é correto afirmar que:

a) A exceção de incompetência territorial, a ser arguida pelo reclamado, deverá ser apresentada no prazo de 5 dias a contar da data do recebimento da notificação, em peça autônoma.

b) A indicação de valores na petição inicial representa requisito aplicável apenas para o rito sumaríssimo.

c) Recebida e protocolada a petição inicial, será remetida a segunda via ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.

d) Prolatada a sentença em audiência, mas juntada a ata somente no dia seguinte, as partes devem ser intimadas do teor da decisão, sob pena de nulidade.

e) Nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho, a reclamatória verbal será distribuída antes de sua redução a termo, a ser realizada, no prazo de 48 horas, pelo Diretor da Vara do Trabalho designada. Se o empregado não observar tal prazo, aplica-se a penalidade de seis meses sem poder ajuizar a ação.

53. No que concerne às partes e procuradores, é INCORRETO afirmar que:

- a) A nomeação de procurador poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com concordância da parte representada.
- b) O direito de postular em juízo, pessoalmente, sem a presença de um advogado (jus postulandi) não se aplica para a ação rescisória, ação cautelar, mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) São inválidos os atos praticados pelo substabelecido quando não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.
- d) Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.
- e) Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo ou se o advogado indicado não estiver inscrito no sistema do PJE (Processo Judicial Eletrônico), impedindo sua intimação.

54. Considerando as regras que regem o processo do trabalho e o atual entendimento jurisprudencial, é CORRETO afirmar que:

- a) Outorgada procuração por pessoa jurídica é essencial a identificação do subscritor, sendo desnecessária a apresentação de contrato social para validade da procuração, salvo se houver impugnação da parte contrária.
- b) No caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, são devidas custas pela parte vencida, no importe de 2% sobre o valor da condenação.
- c) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.
- d) O juiz, nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa, poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada até o encerramento da instrução processual.
- e) O entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é no sentido de que é suspeita a testemunha que possui ação contra o mesmo empregador, em razão do interesse particular na causa.

55. Publicado acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho, de decisão que julgou parcialmente procedente o recurso ordinário interposto, entendendo que há contradição no julgado, a União, na qualidade de reclamada, deve interpor:

- a) recurso de revista, no prazo de 8 dias;
- b) embargos de declaração, no prazo de 5 dias;
- c) embargos de declaração, no prazo de 10 dias;
- d) agravo de instrumento, no prazo de 8 dias;
- e) recurso ordinário, no prazo de 8 dias.

56. Para responder a questão tenha como base a Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho e o entendimento jurisprudencial. Leia as assertivas abaixo:

- I. Os dissídios individuais, ajuizados em face de empresas públicas, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- II. A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- III. O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades filantrópicas.
- IV. Havendo condenação subsidiária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
- V. Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação, privilégio que não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

Ante o exposto:

- a) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.
- b) Apenas as assertivas IV e V são corretas.
- c) Apenas as assertivas I e V são corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

57. Acerca das regras e peculiaridades aplicáveis à execução no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- a) Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução ex-officio.
- b) A execução será promovida pelas partes, permitida a atuação de ofício do Juiz, ainda que as partes estejam assistidas por advogado.
- c) O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida na lei processual civil.
- d) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado prazo de cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- e) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

58. No que se relaciona à execução no processo do trabalho, é CORRETO afirmar:

- a) Designada hasta pública, cuja data deve constar de edital afixado na sede do juízo e publicado no jornal local se houver, com antecedência mínima de dez dias, os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.
- b) É considerado terceiro, para ajuizamento dos embargos de terceiro, o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução e quem sofre constrição judicial de seus bens por força de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, do qual fez parte.
- c) Os precatórios apresentados até o dia 1º de julho de um ano serão relacionados para pagamento dentro do exercício financeiro subsequente, devendo sofrer correção monetária.
- d) A elaboração dos cálculos poderá ser realizada por perito contábil nomeado pelo juízo, em razão da complexidade, com oportunidade de vista às partes após a elaboração do laudo, para a impugnação fundamentada, no prazo comum de 08 dias, sob pena de preclusão.
- e) Citada a massa falida, por intermédio de seu administrador, esta pode apresentar embargos à execução, independentemente de garantia do juízo, no prazo de 30 dias.

59. Quanto às disposições legais aplicáveis ao agravo de instrumento, é INCORRETO afirmar que:

- a) É cabível em face de decisão que denegar seguimento a recurso ordinário, no prazo de 8 dias.
- b) Quando o agravo de instrumento possuir a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, no ato de interposição do recurso, o

depósito recursal do agravo corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

- c) Na hipótese de provimento do agravo de instrumento, o Tribunal deliberará sobre o julgamento do recurso principal ao qual foi denegado seguimento, observando o procedimento aplicável ao respectivo recurso.
- d) Apresentado agravo de instrumento, a parte contrária será intimada para, querendo, apresentar contraminuta ao agravo e resposta ao recurso principal.
- e) É válido o traslado de peças essenciais efetuado pelo agravado, pois a regular formação do agravo incumbe às partes e não somente ao agravante.

60. A manutenção programada do PJe deve ser informada pelo Tribunal, de forma ostensiva, com pelo menos 5 dias de antecedência, a qual deverá ocorrer, preferencialmente:

- a) entre 0h e 22 h de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana.
- b) entre 0h de sábado e 23 h de domingo, ou entre 0h e 8h dos demais dias da semana.
- c) entre 0h de sábado e 23h 59min de domingo, ou entre 0h e 8h dos demais dias da semana.
- d) entre 0h de sábado e 22 h de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana.
- e) entre 0h de sábado e 23 h 59mim de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TRT-MG-Tecnico-15-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questoes>